

**Formação profissional (relevante):**

2008-2009 — Curso de Alta Direção em Administração Pública (CA-DAP) pelo Instituto Nacional de Administração.

2009 — Diploma de Especialização em Contratação Pública pelo Instituto Nacional de Administração.

**Atividade profissional:**

Chefe da Divisão de Resíduos Setoriais e Solos Contaminados na Agência Portuguesa do Ambiente (setembro 2012 a abril 2013).

Chefe de Equipa Multidisciplinar na Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (junho 2012 a agosto 2012).

Inspetor Diretor na Inspeção-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (maio 2010 a junho 2012).

Chefe de Divisão de Resíduos Urbanos na Agência Portuguesa do Ambiente (setembro 2009 a maio 2010).

Inspetor da Inspeção-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (novembro 2004 a agosto 2009).

Técnico Superior do Laboratório de Referência do Ambiente da Laboratório de Referência do Ambiente (junho 2009 a outubro 2004).

No desempenho da sua atividade destaca-se o acompanhamento e licenciamento de projetos de tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos e de aterros para resíduos industriais, a participação em grupos de trabalho de revisão e monitorização de planos específicos de gestão de resíduos e em comités técnicos comunitários na área dos resíduos urbanos, a coordenação de pareceres a candidaturas a fundos comunitários e a elaboração e acompanhamento de contratos programas, normas e estratégias para a gestão de resíduos urbanos. De referir, ainda, a coordenação, planeamento e participação em inspeção ambientais a estabelecimentos e atividades públicas e privadas, a investigação de crimes enquanto órgão de polícia criminal, a participação em audiências de tribunal enquanto testemunha do Ministério Público e a participação em diversos projetos da Rede IMPEL — European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law.

207331978

**Direção-Geral de Energia e Geologia****Aviso n.º 12935/2013**

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março e do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de abril, que Iberian Resources Portugal — Recursos Minerais, Unipessoal, L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de tungsténio, numa área “Vi-la Seca — Santo Adrião”, localizada no concelho de Armamar, distrito de Viseu, delimitada pela poligonal cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça):

Área total do pedido: 9,106 km<sup>2</sup>

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1 .....	39000	163800
2 .....	40700	163800
3 .....	40830	162970
4 .....	41800	162700
5 .....	41800	161750
6 .....	39000	161750

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, ou a manifestarem preferência, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março, por escrito com o devido fundamento, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.º 5 de Outubro, 87-5.º Andar, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso e planta de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

11 de setembro de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro Henriques Gomes Cabral*.

307258649

**Contrato (extrato) n.º 631/2013**

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março, publica-se o extrato do contrato para prospeção e pesquisa de depósitos minerais, com o número de cadastro MN/PP/014/13, para uma área nos concelhos de Alijó, Sabrosa e Vila Real denominada Vila Verde, celebrado em 22 de julho de 2013.

Titular dos direitos: Mineralia — Minas, Geotecnia e Construções, L.ª

Depósitos minerais: tungsténio, estanho, prata e chumbo.

Área concedida: (219,313 km<sup>2</sup>) delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas Hayford-Gauss, DATUM 73, (Melriça), se indicam:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1 .....	50250	190000
2 .....	60600	176500
3 .....	57650	173750
4 .....	55000	176500
5 .....	39750	176500
6 .....	39750	190000

Caução: 15.000 €

Período de vigência: Inicial de 2 anos, prorrogável por 1 ano, no máximo de 3 vezes.

Condições de abandono progressivo da área:

Abandonar 50 %, em blocos compactos de área não inferior a 5,0 km<sup>2</sup>, à escolha do titular, no termo do período inicial e de cada prorrogação.

Trabalhos mínimos obrigatórios:

No período inicial:

1.º Ano:

Estudos básicos:

Recolha e análise de toda a informação existente proveniente, quer de estudos académicos, quer da atividade do ex. I. G. M. e das empresas anteriormente envolvidas em trabalhos de prospeção e exploração mineira.

Avaliação preliminar.

Cartografia geológica complementar à existente em escala adequada, com amostragem das estruturas mineralizadas e posterior análise química. Prospeção geofísica, mormente prospeção elétrica.

2.º Ano:

Sondagens mecânicas de reconhecimento e avaliação, com recuperação de testemunho — 500 metros.

Análises químicas multielementares aos troços mineralizados das sondagens.

Conclusões.

Em cada prorrogação:

Os trabalhos a executar nas prorrogações, ficam dependentes dos resultados obtidos no período inicial, prevendo-se que sejam, na sua maioria programas de execução de sondagens mecânicas com recuperação de testemunho, para reconhecimento geológico-mineiro subterrâneo.

Poderão ser autorizados trabalhos diferentes dos referidos no número anterior, desde que a MINERALIA prove que a realização destes não tem justificação técnica e económica.

Investimentos mínimos obrigatórios:

No período inicial:

1.º Ano — 100.000,00€

2.º Ano — 120.000,00€

Em cada prorrogação: 150.000,00€

Encargos de prospeção e pesquisa: pagamento anual à DGEG de um montante de 10.000 €.

Prazo da concessão: não superior a 20 anos, prorrogável por 2 períodos que não ultrapassem 15 anos, respetivamente.

Encargo de exploração quanto a cada concessão que lhe vier a ser conferida ao abrigo deste contrato:

Obrigação de pagamento anual à DGEG de acordo com o exclusivo critério e opção desta:

Percentagem de 10 % dos lucros líquidos da exploração, ou:

Pagamento de uma percentagem sobre o valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados, com base numa tabela progressiva com um valor base de referência de 4 %, podendo haver lugar a pagamento em espécie até 0,25 % do montante devido.